

Chega de sofismas

A diretoria da ADUNICAMP foi, finalmente, recebida em audiência com o Reitor Hermano Tavares em 23 de março passado. Deixamos claro que a reunião solicitada não tinha como objetivo a campanha salarial, pois, no entendimento da entidade, essa é uma negociação multilateral envolvendo o CRUESP e o Fórum. Destacamos, entretanto um ponto: o comunicado do CRUESP que sinaliza o fim da isonomia salarial entre as três Universidades e entre ativos e inativos. O sinal verde dado pelo comunicado do CRUESP e a sua confirmação pelo documento “Política de Remuneração e Benefícios”, da Reitoria da USP, foram extensamente discutidos no nosso último Boletim.

O Reitor afirmou, na audiência, que a ADUNICAMP fizera uma leitura equivocada do comunicado do CRUESP e que esse não implica quebra de isonomia: apenas alude a diferenças já existentes entre as carreiras das três universidades. Por outro lado, o atentado à isonomia a ser perpetrado pelo Reitor da USP não mereceu comentário, apesar da nossa insistência.

O último Boletim documentou e analisou o comunicado do CRUESP e seqüelas, destacando, entre outros, o trecho “cabará às Universidades realizar estudos referentes a políticas não-lineares, em suplementação ao reajuste atribuído pelo CRUESP”. Só podemos, pois, qualificar a leitura “correta” de sofisma. O item (d) do comunicado, que inclui a frase citada, foi visto com os próprios olhos por todos os nossos leitores.

Durante a audiência, o Reitor declarou, além do mais, ser intransi-

gente defensor da isonomia e acreditar que ela é um dos pilares do ensino superior público do Estado de São Paulo. Esse entendimento é, de fato, o que se esperaria a partir das seguintes palavras, do seu discurso de posse:

“Na verdade, há fortes indícios de que se pretende isentar o Estado do dever para com a educação e a saúde, com a produção cultural e com a gestão de ciência e tecnologia, atendendo-se a interesses do sistema privado, incapaz de substituir as universidades públicas no papel que desempenham. São os mesmos interesses que levaram à degradação do ensino fundamental e secundário e à transformação dele em um rendoso balcão de negócios.”

Senhor Reitor, pare de sofismar e seja coerente com o seu programa de campanha, bem como com o seu discurso de posse. Para impedir a degradação do ensino superior público no Estado de São Paulo, é preciso manter o poder aquisitivo dos salários das carreiras docente e técnico-administrativa e coibir atividades que suplementem salários em troca do uso de recursos humanos e materiais da Universidade a serviço de interesses privados, o que é um desvio dos fins resguardados pela norma constitucional da Autonomia Universitária, a saber: a docência, a pesquisa e a extensão.

A situação exige uma manifestação imediata, por escrito, de não anuência da Reitoria da UNICAMP ao Comunicado do CRUESP de 3 de março de 2000.

Queremos a revisão imediata da proposta de alteração da regulamentação do RDIDP que circula atualmen-

te no CONSU, a qual, além de não fixar limites para a complementação salarial, atribui poder decisório sobre a matéria aos chefes de departamento e diretores de unidade, em detrimento dos respectivos conselhos e congregações.

Queremos discutir índices para um reajuste isonômico que recupere os nossos salários. Por isso, apesar dos maus presságios, fomos lhe entregar, em mãos, um convite para debate na ADUNICAMP, conforme proposta aprovada na última Assembléia, de 16 de março passado.

Em nome da comunidade docente da UNICAMP, aguardamos uma resposta.

Fórum das Seis e a campanha salarial

As entidades do Fórum das Seis estarão reunidas no próximo dia 31 de março, na Unesp de Bauru, para definir o índice de reajuste e demais itens da pauta para a campanha salarial deste ano. Nesse mesmo dia e local estará ocorrendo a Assembléia Universitária da Unesp. Vale lembrar que a Assembléia da Adunicamp em 16 de março aprovou a proposta indicativa de reajuste salarial de 32%, a fim de recuperar o nível de maio de 95, sendo esse percentual dividido em 25% em maio e 7% a ser renegociado no segundo semestre, dependendo da arrecadação.

Os novos aliados

Arley R. Moreno

Não foi preciso invocar poderes mágicos ou mediúnicos para prever o passo que nossa reitoria está agora esboçando.

Após haver desrespeitado, por diversas vezes e sob várias formas, a autonomia universitária, o próximo passo em direção a uma UNICAMP econômica e rentável em curto prazo seria, como havíamos previsto (Boletim Especial da ADUNICAMP de 30/11/99), a flexibilização do RDIDP, ou melhor, sua destruição. Sem qualquer incorporação espiritual de



Espera-se que o Consu saiba reagir a essa proposta indecorosa, exigindo discussão prévia, por parte dos colegiados, antes de qualquer votação.

Nostradamus, acertamos na previsão — infelizmente.

Na verdade, não seria preciso qualquer poder paranormal: basta atentar para a lógica dos conceitos presentes na concepção neoliberal, adotada por nossa reitoria em suas ações, ainda que menos em seu discurso, para sermos capazes de elaborar os raciocínios e tirar as inferências e conclusões conseqüentes com tal lógica. Nostradamus não levaria nenhuma vantagem sobre nós, nem Deus. Há algo, todavia, que nem ele, muito menos Deus, assim como nós próprios seríamos capazes de prever: a forma perversa e eticamente lamentável como está sendo proposta essa flexibilização previsível do RDIDP.

Serão criadas duas castas de docentes no interior da UNICAMP — castas que, embora já existissem

virtualmente, não eram institucionalizadas; trata-se, agora, de torná-las institucionais.

De um lado, ficam os docentes que subsistem apenas com seu salário arrojado, e realizam pesquisa, exercem a docência e montam laboratórios e bibliotecas com verbas públicas vindas das agências de fomento à pesquisa. De outro lado, ficarão aqueles que também realizam pesquisa e exercem a docência, mas que subsistem graças ao dinheiro, agora ilimitado, que virá através de convênios com empresas e outras instituições extra-universitárias, para a realização de trabalhos sob encomenda. Esta casta poderá triplicar, ou mais, os parques proventos do salário arrojado, e ainda trará novas verbas para a moribunda instituição.

Mais uma vez, a lógica dos conceitos dispensa qualquer Nostradamus para prever as formas de conflito e dominação a serem travados entre as duas castas. De fato, o que diz essa lógica? Estando pobre, o país, a universidade não consegue arrecadar novas verbas para melhorar os salários; a universidade não pode mais abrigar pesquisas a longo prazo de seus docentes, que se tornam, não apenas, um peso-morto, como também, dispendioso; consoante com isso, as pesquisas dos alunos, Dissertações e Doutorados, já tiveram os prazos drasticamente diminuídos por parte das políticas educacionais. Será preciso, pois, que os pesquisadores se engajem em projetos de curto prazo, que tragam resultados imediatos e angariem fundos para a instituição.

Com isso, — é fácil prever — a pesquisa fundamental, tanto nas áreas exatas, quanto nas áreas naturais e humanas, estará condenada, por ser lenta, descompromissada com resultados práticos, e, sobretudo, dispendiosa. Como dizem os políticos responsáveis pela direção do país, será mais barato fechar nossos cursos de pós-graduação e enviar os estudantes para o exterior, durante um ou dois anos, custeando seus estudos — ou, de forma ainda mais brilhante, será mais barato ligar a internet para procurar os programas que irão solucionar nossos problemas, e comprá-los,

pagando devidamente seus *royalties*. Se os países desenvolvidos já fazem pesquisa básica, para quê deveríamos nós-próprios fazê-la? Será mais rápido e econômico comprar tudo pronto.

É essa lógica neoliberal selvagem que é acolhida na proposta de flexibilização do RDIDP. Com a agravante, entretanto, de seu caráter perverso: a criação de uma nova casta de docentes e estudantes, isto é, a dos pesquisadores *conveniados*, com fartos proventos e como fonte de lucro para a UNICAMP, e a extinção progressiva da outra casta, a dos docentes e estudantes lentos, dispendiosos, interessados pelo que há de universal no conhecimento e não por sua aplicação imediata, a casta dos *inconvenientes*. As duas castas tendo como fundamento a mesma miséria salarial: eis o primeiro aspecto da perversidade.

Mas a perversidade não terminou, possui um segundo aspecto: para gerenciar a nova empresa, serão eleitos *indivíduos* — o Chefe do Departamento e o Diretor da Unidade —, não mais cabendo as decisões sobre os acúmulos salariais e o cumprimento do regime de trabalho às coletividades colegiadas — o Departamento e a Congregação. Estes últimos serão apenas informados das decisões tomadas pelos indivíduos eleitos.

Introduz-se, assim, nesse clima de miséria, a figura do *miserável-gerente*, isto é, do indivíduo eleito para gerenciar outros miseráveis, incentivando a falsa ascensão de alguns, os *conveniados*, e implementando a real extinção dos outros. Porque, no final das contas, somos todos miseráveis, e, assim como nos campos de concentração, os comandantes contam com a cisão entre os prisioneiros para que alguns mantenham os outros organizados, em direção às câmaras de gás, já resignados. Uma forma de confraternização para a morte coletiva..., uma nova aliança.

Espera-se que o Consu saiba reagir a essa proposta indecorosa, exigindo discussão prévia, por parte dos colegiados, antes de qualquer votação.

Arley R. Moreno é docente do IFCH.

Ser, não sendo

Sérgio Silva

A Deliberação Consu-A-21, de 27/0799, foi justificada pela necessidade de regulamentar o trabalho voluntário de professores aposentados e evitar o risco de que eles viessem a pedir vínculo empregatício. Isso não tem nenhum fundamento. As deliberações sobre os professores convidados (Consu-A-28, de 28/11/90 e Consu-A-35, de 19/12/91) já dispunham claramente sobre esse assunto.

O trabalho dos professores convidados já estava definido como trabalho voluntário. Está lá, nas duas deliberações anteriores: as atividades que esses professores podem exercer (artigo 6) e a contrapartida da UNICAMP (artigo 7), como na nova deliberação, adotada no ano passado. Além disso, o artigo 9 estabelece:

“Os professores convidados não terão vínculo empregatício e nem perceberão vencimentos ou salários específicos para o exercício de suas atividades com recursos provenientes da Universidade Estadual de Campinas”.

O que a Reitoria quis, com a nova deliberação, foi simplesmente — suavemente, na moita — **autorizar** a percepção de vencimentos ou salários com recursos da UNICAMP por parte de professores aposentados pela própria UNICAMP. Acabar com a proibição anterior sem uma discussão clara sobre o assunto.

Pessoalmente, eu achava (e ainda acho) que tal proibição não deveria, necessariamente, atingir aposentados em tempo parcial, como nas deliberações em vigor (embora desrespeitadas) até o ano passado. Mas essa é outra história.

A conversa fiada sobre o trabalho voluntário serviu também para derrubar o artigo 10 da deliberação de 1991. Artigo incluído justamente para tomar mais explícita a proibição de contratação de professores aposentados como funcionários não-docentes. Na época, os que se opunham a esta proibição propunham a recontração dos professores aposentados como pesquisadores. Diz esse artigo:

“O servidor docente aposentado somente poderá ser reintegrado à UNICAMP nos termos desta Deliberação”.

Além de evitar uma discussão sobre esses pontos, fingir preocupação com uma coisa e conseguir outra, bem diferente, a deliberação do ano passado apresenta mais problemas graves.

Primeiro: a mudança da denominação para professor colaborador voluntário. Tal mudança não é, de forma alguma, necessária para a caracterização da inexistência de vínculo empregatício. Por acaso, os professores na ativa não são chamados de professor com vínculo empregatício? É evidente que a nova denominação é, digamos, muito menos atrativa do que a anterior. Será apenas uma pequena vingança?

Segundo erro grave: a deliberação do ano passado (artigo 10) passa, automaticamente, os professores convidados para professores voluntários, sem considerar que a integração na função de professor convidado era feita a pedido do professor aposentado e por prazo indeterminado. A deliberação do ano passado não prevê nem mesmo uma consulta aos interessados.

Terceiro erro. Talvez o mais grave de todos. A nova deliberação em seu artigo 4, parágrafo 1, estabelece:

“Em atividades de ensino de graduação ou de pós-graduação, a regência de disciplinas será compartilhada entre o professor colaborador voluntário e, respectivamente, o coordenador de graduação ou de pós-graduação, sem que sejam computadas horas-aulas na carga didática do coordenador”.

A última parte não deixa dúvi-

das: a regência será compartilhada apenas de mentirinha. Os coordenadores não darão aulas não prepararão programas, não atenderão alunos, não participarão de avaliações. Em suma: não compartilharão regência nenhuma. Se um professor voluntário quiser, poderá requerer à UNICAMP uma declaração nesse sentido; isto é, uma declaração atestando que ele foi, de fato, o único regente da disciplina; para efeito de currículo, por exemplo.

E se forem à Justiça, como ficará a UNICAMP? Ela estará induzindo os seus professores a comete-

A regência será compartilhada entre professor colaborador voluntário e coordenador apenas de mentirinha. Os coordenadores não darão aulas, não prepararão programas, não atenderão alunos, não participarão de avaliações.

rem um crime: falsidade ideológica. Talvez o Reitor seja responsabilizado por isso. Os coordenadores certamente o serão. Como farão? Declararão que apenas “cumprem ordens”?

Uma loucura? Lamento, mas é isso aí.

E tem pior. Se ninguém for à Justiça? E aí? Tudo bem?

Sérgio Silva é professor convidado do IFCH e ex-presidente da ADUNICAMP.

Alteração de conta corrente

Vários usuários dos convênios alteraram o número da conta corrente no Banespa e esqueceram de avisar a Associação. Por este motivo muitos débitos foram estornados. Evite este transtorno fornecendo o novo número novo número da conta para a secretaria.

A política real e a retórica BO

Caio Navarro de Toledo

Na recente homenagem póstuma a Luis Eduardo Magalhães, promissora liderança da chamada “direita moderna” brasileira, o presidente da República retomou temas desenvolvidos em tempos da academia; nesta oportunidade, o ex-professor mostrou ser bom mesmo de oratória... Fazendo eco às lições de (certos) clássicos, reconheceu o sociólogo-presidente que “a política, frequentemente, é o conflito, é o jogo de interesses, é a paixão, é a incompreensão, é o obstáculo, é a luta”. Assim, contrariando a visão idealizada da política — de fundo liberal —, o presidente parecia estar reabilitando categorias do pensamento crítico na medida em que a política é concebida a partir da existência de antagonismos e contradições sociais. Nesta perspectiva, a política — embora não se confunda com a guerra mortal entre inimigos — pressuporia lutas e conflitos de interesses inclusive na mais democrática das repúblicas. No entanto, na citação acima, FHC parece retificar a visão crítica dos clássicos não-liberais ao ressaltar que a política apenas *frequentemente* — não, estruturalmente — é da dimensão do conflito, da luta e do antagonismo.

É o que pode se comprovar nessa reunião solene. Diante de um auditório repleto de correligionários do “partido da ética na política” — vulgarmente conhecido como PFL —, o intelectual no poder fez

questão de sublinhar o caráter *solidário e fraternal* (a “comunhão”) da política. Segundo os jornais, o presidente, inclusive, chamou Luis Eduardo Magalhães de “irmão”, ressaltando também que o homenageado lembrava mais o seu “estilo” de com-

“
**No fundo, a política
 Tucana é indiscernível
 daquela formulada
 pelo partido chefiado
 pelo honrado ACM.
 Como afirmou nessa
 mesma solenidade, o
 refinado vice Marco
 Maciel, “não existe
 nenhum hiato entre o
 PFL e o governo”.**

portamento político do que o de seu (comovido) progenitor ali presente.

A rigor, a estória não é bem assim; não se trata apenas de *estilo* semelhante de fazer política. A comunhão do governante-sociólogo com a política (efetiva) e com o projeto ideológico do partido de Luis Eduardo Magalhães é cada vez mais completa e substantiva. No fundo, a política tucana é indiscernível daquela formulada pelo partido chefiado pelo honrado ACM. Como afirmou nessa mesma solenidade, o refinado vice Marco Maciel, “não existe ne-

nhum hiato entre o PFL e o governo”. Na *política real*, a do *regressismo social*, implementada neste quinquênio FHC, PSDB e PFL são autênticas almas gêmeas...

No entanto, os ideólogos do alto tucanato — em artigos, ensaios, seminários e conferências (particularmente no exterior) — ainda insistem em apelar para ideais reformistas e progressistas, típicos da experiência social-democrática européia. Retórica pura pois a “modernidade social” do partido da social-democracia nativa tem o mesmo valor dos remédios vendidos (para cidadãos incautos e desavisados) nas drogarias do país: *qualidade BO* (bom para otário)...

Caio Navarro de Toledo é docente do IFCH.

CONVÊNIOS

Novo convênio:
Fátima Bordalo Jayme
 Fonoaudiologia
 Tratamento fonoterápico
 (avaliação e fonoterapia)
 Rua Antônio Lapa, 1.252
 Cambuí - Campinas
 Tel. (19) 251-8086

Alteração de endereço:
Dr. Mauro Sérgio Ginciene
 Ortodontia
 Rua Dr. Pelágio Lobo, 142
 Guanabara - Campinas
 Te. 213-5301/9122-9507

**Visite nossa home page:
<http://www.adunicamp.org.br>**